SciELO Preprints

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Sob os efeitos da racialidade: A inserção de migrantes haitianos no mercado de trabalho paulistano

Thauany Freire

https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

Submetido em: 2026-11-19
Postado em: 2026-11-23 (versão 1)
(AAAA-MM-DD)

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

SOB OS EFEITOS DA RACIALIDADE

A inserção de migrantes haitianos no mercado de trabalho paulistano

DOI: 10.25091/S01013300202600030004

THAUANY FREIRE*

https://orcid.org/0000-0002-2437-5822

Resumo

A partir de uma pesquisa qualitativa, acompanhei trajetórias e experiências laborais de migrantes haitianos em São Paulo. Com base nesses dados, argumento que a racialidade opera de duas maneiras: por meio da distribuição desigual de desvantagens competitivas e de práticas discriminatórias que regulam a contratação e a mobilidade ocupacional; e pela racionalidade que hierarquiza competências e conhecimentos reconhecidos como capitais competitivos no mundo do trabalho moderno.

Palavras-chave: *migração haitiana*; *raça*; *trabalho*; *estratificação*; *São Paulo*

Under the Effects of Raciality: The Insertion of Haitian Migrants into the São Paulo Labor Market

Abstract

We adopted a qualitative methodology and traced the labor trajectories and work experiences of Haitian migrants in São Paulo. Drawing on these data, we argue that raciality operates both through the unequal distribution of competitive disadvantages and discriminatory practices that govern hiring and occupational mobility, and through the rationality that ranks skills and forms of knowledge recognized as competitive assets in the modern world of work.

Keywords: *Haitian migration*; *race*; *labour*; *stratification*; *São Paulo*

Introdução

A partir de 2010, o Brasil passou a ocupar uma posição importante no mapa da diáspora haitiana. Isso se deve, em parte, à continuidade dos fatores que há décadas impulsionam a dispersão migratória dessa população (Audebert, 2012; Joseph, 2017). Dentre esses

* Universidade de São Paulo (Usp), São Paulo, SP, Brasil.
thauanyvbp@gmail.com

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

fatores, podemos citar a escalada da violência política que se agrava no país desde a ditadura Duvalier (Trouillot, 1977; Sprague, 2012) e o fato de que muitas famílias dependem de remessas monetárias enviadas por parentes que trabalham no exterior (Audebert, 2012; Joseph, 2015; 2019). Além disso, o terremoto que atingiu Porto Príncipe em janeiro de 2010 destruiu infraestruturas e equipamentos essenciais e impulsionou novos ciclos tanto de intervenções estrangeiras (Seguy, 2014) quanto de disputas armadas na capital (Berg, 2010), conduzindo à deterioração das condições de vida da população.

Soma-se a tais processos o fato de que os destinos tradicionais da diáspora haitiana, como os Estados Unidos e a República Dominicana, há algumas décadas têm intensificado suas políticas de controle migratório (Shah, 2024; Kahn, 2018; Maríñez, 2024), levando haitianas e haitianos a buscar destinos alternativos pelo continente americano. Com o crescimento da economia brasileira entre os anos 2000 e 2014 e a adoção de uma política migratória relativamente flexível e de orientação humanitária (Fernandes; Faria, 2017), o Brasil consolidou-se como um dos principais destinos da mobilidade haitiana ao longo da última década e meia.

Nesse período, o cenário migratório brasileiro já passava por transformações significativas quanto à origem dos fluxos que aqui chegavam, já que, para além das migrações bolivianas que se iniciaram nos anos 1980, as migrações originárias de países africanos começavam a transformar o país em um importante espaço de mobilidade das migrações Sul-Sul (Jarochinski-Silva; Baeninger, 2021). Com o crescimento mais recente das migrações venezuelanas, consolida-se uma nova realidade da migração contemporânea no Brasil, na qual migrantes internacionais de origem periférica, em sua maioria pessoas negras e indígenas, são predominantes entre os grupos ingressantes.

Dessa nova realidade migratória emerge um amplo campo de estudos e reflexões que examina como as dinâmicas raciais da sociedade brasileira afetam as condições de vida desses grupos migratórios. Além de interpelar as práticas de racismo institucional que dificultam o acesso de migrantes à saúde (Rocha et al., 2020; Ledix, 2026) e à educação (Carrijo, 2023; Oliveira; Casali, 2024) e etnografar as várias táticas que os migrantes mobilizam para responder a episódios extremos de violência e discriminação cotidiana (Ferreira, 2024), as pesquisas recentes também têm abordado o papel do racismo na alocação laboral dos sujeitos migrantes. Essa preocupação se revela pertinente sobretudo num contexto em que a inserção de migrantes periféricos negros no mercado de trabalho brasileiro se dá majoritariamente em ocupações braçais, marcadas por baixos salários e regimes contratuais precários. Nas grandes capitais como São Paulo, destaca-

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

se ainda a presença de grandes contingentes de migrantes negros na economia popular, na qual a remuneração é instável e as proteções trabalhistas inexistentes.

O objetivo deste artigo é analisar como a dimensão da racialidade organiza os mecanismos de concorrência e os processos de contração de trabalhadores haitianos no mercado de trabalho paulistano.[1] Buscaremos responder a essa questão por meio do estudo de relatos e trajetórias de migrantes haitianos que vivem e trabalham na cidade de São Paulo, destacando aspectos de suas experiências laborais que sugerem a existência de processos e práticas de matriz racial que os impedem de acessar vagas mais bem remuneradas e menos braçais. Ainda que as pessoas entrevistadas residam e trabalhem na cidade de São Paulo, nosso interesse concentra-se nos processos que condicionam sua inserção laboral, especialmente aqueles mediados pela racialidade, não abrangendo outras dimensões da experiência migratória na metrópole.

A noção de racialidade aqui designa tanto a estratégia de significação que escreve "traços corporais, configurações sociais e regiões globais" na gramática da diferença, produzindo assim "a diferença humana como irreduzível", quanto os efeitos dessa estratégia em processos históricos e práticas sociais (Ferreira da Silva, 2022, p. 29).

A metodologia de nossa pesquisa empírica contemplou a realização e transcrição de entrevistas em profundidade com sujeitos migrantes que vivem ou viveram em São Paulo por mais de cinco anos. Conversas informais registradas em diários de campo também compõem nosso material de análise. As entrevistas ocorreram entre 2020 e 2025, seguindo as diretrizes do Comitê de Ética em Pesquisa. A pesquisa de campo aconteceu no âmbito de nossa pesquisa de doutorado[2] e de nossa atuação num coletivo de educação popular voltado para comunidades migrantes moradoras da zona leste de São Paulo.

A definição do número de entrevistados seguiu o princípio de saturação (Small, 2009), segundo o qual a coleta de dados é encerrada quando novas entrevistas deixam de acrescentar informações substantivamente novas aos temas investigados. Diferentemente da lógica quantitativa da amostragem, esse princípio busca compreender processos sociais e mecanismos que condicionam os fenômenos analisados. Entre 2020 e 2025, realizei ciclos de duas a três entrevistas com onze pessoas (cinco mulheres e seis homens), em intervalos que variaram de seis meses a três anos. Também conduzi entrevistas únicas

[1] Este artigo deriva da minha tese de doutorado, defendida no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (Freire, 2026).

[2] A produção de material empírico que embasa este trabalho ocorreu durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa de doutorado em geografia humana com financiamento da Fapesp (processo n. 20/06119-3).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

com outras cinco pessoas (três homens e duas mulheres), algumas prestes a migrar para os Estados Unidos e outras já instaladas no México ou em território norte-americano.

Acessamos os interlocutores por diferentes vias. Parte deles conheci nas aulas de português que ministrei em um coletivo de educação popular na zona leste de São Paulo; outros, em um equipamento socioassistencial de Guaianases, onde atuei voluntariamente como professora de português e intérprete. Novos interlocutores foram encontrados por meio de duas igrejas haitianas da região, às quais tive acesso por intermédio de uma aluna e de uma liderança religiosa. À medida que os vínculos de confiança se fortaleciam, novas pessoas eram indicadas pelas próprias redes de sociabilidade dos participantes, ampliando progressivamente o universo da pesquisa por meio da técnica de bola de neve.

Outros contextos de interlocução, como conversas informais e situações de convívio cotidiano, foram registrados em diários de campo e, portanto, também compõem nossos materiais empíricos. Dentre esses contextos, estão as próprias aulas de português, que em muitos aspectos funcionavam como grupos focais pelos quais, partindo de exercícios de aula e disparadores temáticos (que envolviam leituras ficcionais, músicas, peças de teatro, textos críticos etc.), os alunos e alunas rememoravam aspectos de seus contextos sociais de origem, enunciavam suas perspectivas de futuro, compartilhavam suas experiências e trajetórias no mundo do trabalho e os múltiplos impasses que permeavam seus projetos migratórios.

Ao recorrer às formulações teórico-conceituais de Carlos Hasenbalg (2005), Harold Wolpe (1968) e Lélia Gonzalez (2020a; 2020b), este artigo busca, a um só tempo, propor e exercitar ferramentas metodológicas ainda pouco exploradas dentro dos estudos migratórios que tratam da inserção laboral de migrantes negros no Brasil. Argumentamos que os estudos migratórios poderão vir a potencializar seus achados empíricos sobre a relação entre racialidade e as condições precárias do trabalho migrante quando atentam para a complementaridade entre estratificação e as estruturas capitalistas de dominação.

A análise dos mecanismos de concorrência que alocam trabalhadores migrantes no mercado de trabalho nos conduzirá, por fim, a uma problematização acerca da matriz racial e colonial dos critérios que os sustentam. Às voltas com as proposições contracoloniais de Aníbal Quijano (2000; 2024a; 2024b) e Frantz Fanon (2021), argumentamos que a racialidade opera na distribuição das desvantagens competitivas entre trabalhadores e nas práticas de discriminação racial que alocam trabalhadores migrantes no mercado, mas também no modo como se organizam os padrões culturais e de racionalidade que hierarquizam os estratos existentes no mundo do trabalho moderno.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

O artigo está organizado em quatro seções, para além dessa introdução. A primeira apresenta as condições de trabalho predominantes entre migrantes haitianos no Brasil, especialmente em São Paulo, com base em revisão bibliográfica, dados secundários e entrevistas. A segunda revisa a literatura brasileira recente sobre a inserção laboral dessa população, propondo uma abordagem crítica que compreende racismo e xenofobia não apenas como mecanismos adicionais de exploração do trabalho, mas como elementos constitutivos da concorrência laboral e da distribuição dos trabalhadores nas hierarquias ocupacionais. A terceira examina como a racialidade produz e reproduz desvantagens competitivas que restringem a mobilidade ocupacional dos haitianos, atuando sobre atributos socialmente adquiridos e por meio de práticas discriminatórias nos processos de contratação, promoção e demissão. Por fim, a quarta seção direciona a análise para os padrões culturais e as racionalidades que definem quais saberes, habilidades e formas de existência são reconhecidos como legítimos no mundo do trabalho, dialogando com Frantz Fanon e Aníbal Quijano para demonstrar como a racialidade está inscrita nos critérios que hierarquizam diferentes tipos de trabalho.

Migrantes haitianos no mercado de trabalho paulistano

Desde que o Brasil passou a figurar como um dos destinos da diáspora haitiana, dois processos interligados contribuíram para que São Paulo se afirmasse como um dos principais espaços migratórios desse grupo no país. De um lado, destacam-se as contratações promovidas por empresas brasileiras por meio de programas de recrutamento que instituíram um itinerário migratório parcialmente dirigido pelo Estado, em articulação com setores econômicos em expansão. De outro, sobressaem os percursos agenciados por conta própria, a partir dos quais migrantes se dirigiam à maior metrópole do país guiados por informações sobre oportunidades de trabalho mais diversas e maiores ganhos monetários.

Ao longo dos quatro anos em que a entrada da migração haitiana no Brasil se deu por via terrestre, por cidades de fronteira da região Norte, empresas de diferentes setores colocaram em prática rotinas de recrutamento que encaminhavam trabalhadores recém-chegados para seus futuros locais de trabalho (Cotinguiba; Cotinguiba, 2016; Mamed; Lima, 2016). Os setores empresariais mais ativos foram o da agroindústria, em especial frigoríficos e abatedouros concentrados na região Sul e Centro-Oeste do país, e o setor da construção civil, que direcionou migrantes para novos canteiros de obra dispersos pelo Sul e Sudeste brasileiro, com destaque para a cidade de São Paulo (Mamed; Lima, 2016).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

Empresas de diversos outros ramos, como metalurgia, hotelaria, logística e serviços de cozinha e limpeza também atuaram nas práticas de recrutamento e estavam igualmente concentradas no Sul e Sudeste do país (Mamed; Lima, 2016).

A forma como os recrutamentos foram conduzidos, assim como as ocupações e condições de trabalho para os quais os migrantes foram direcionados, revelam os termos pelos quais se processou a inserção dos haitianos no mercado de trabalho no país. Orientadas pela necessidade de preencher funções de alta rotatividade – resultante, de um lado, do caráter extenuante e insalubre das atividades e, de outro, das estratégias empresariais de diminuição dos custos de produção –, as empresas aproveitavam-se das barreiras linguísticas e culturais para omitir informações sobre as reais condições de trabalho oferecidas e difundir falsas promessas (Bispo; Alves, 2021; Mamed; Lima, 2015; Santini, 2014; Wrobleski, 2014). Além disso, todos os ramos empresariais envolvidos alocaram a força de trabalho haitiana em ocupações braçais e mal remuneradas e não raramente exposta à violação de direitos trabalhistas (Bispo; Alves, 2021; Magalhães, 2017; Mamed; Lima, 2015; "'Moendo Gente'...", 2012; Pacchi, 2019; Santini, 2014; Wrobleski, 2014).

No estado de São Paulo, os trabalhadores haitianos com vínculos formais concentraram-se principalmente na construção civil e em atividades industriais (Brasil, 2012; 2014). Já na cidade de São Paulo, além da concentração de trabalhadores haitianos formalmente empregados na construção civil e no setor de serviços, os dados do Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (Sincre), analisados por Rosana Baeninger e Roberta Peres (2017, p. 135), apontam dificuldades de inserção laboral desde os primeiros anos do fluxo migratório. Segundo as autoras, entre 2010 e 2015, aproximadamente 60% dos migrantes haitianos com registro ativo em São Paulo estavam classificados nas categorias "sem ocupação" ou "outra ocupação não classificada", proporção significativamente superior à registrada no conjunto do Brasil (35%). Embora essas categorias não permitam identificar diretamente situações de desemprego ou informalidade, os dados sugerem a existência de dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho e a possível presença desses migrantes em atividades da economia popular.

Com a criação e a posterior flexibilização do visto humanitário, muitos migrantes haitianos deixaram de ingressar no Brasil por rotas terrestres e começaram a chegar diretamente por via aérea (Fernandes; Faria, 2017), frequentemente com o apoio financeiro e logístico de familiares e amigos já estabelecidos na cidade, ou seja, por meio

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

das chamadas redes migratórias (Massey et al., 1991; Jesus, 2020). Os recrutamentos persistiram ao longo de toda a década de 2010 e ocorriam também em instalações e abrigos localizados em São Paulo (Oliveira, 2014; Parise, 2016) e outras cidades com forte concentração de migrantes, como Balneário Camboriú, em Santa Catarina (Magalhães, 2017).

As redes sociais entre migrantes são decisivas tanto para a continuidade do fluxo migratório haitiano para o Brasil (Jesus, 2020; Magalhães; Baeninger, 2016; Freire, 2026) quanto para o direcionamento dos sujeitos recém-chegados a determinados nichos do mercado de trabalho. Com frequência, migrantes entrevistados revelam que conseguiram seus primeiros empregos em São Paulo por intermediação de conterrâneos previamente estabelecidos. Ou seja, as redes sociais entre conterrâneos funcionaram como fonte de capital social, facilitando o acesso a oportunidades de trabalho e ao mesmo tempo concentrando-as em um conjunto relativamente restrito de ocupações (Waldinger, 1994).

Os estudos do Observatório das Migrações Internacionais (Cavalcanti; Oliveira; Macedo, 2020; Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2021) e do Acnur (2024) mostram que os trabalhadores haitianos se concentraram em ocupações manuais e de baixa qualificação, especialmente na indústria de transformação, na construção civil e no setor de serviços. Entre as principais ocupações identificadas estão as de alimentador de linha de produção, magarefe, auxiliar de produção, servente de obras, ajudante de construção civil, faxineiro e auxiliar em serviços de alimentação. Esse padrão de inserção laboral aponta uma segmentação ocupacional dos migrantes haitianos e nos permite discutir possíveis processos de desqualificação ocupacional, associados à inserção em postos de trabalho cujas exigências podem ser inferiores à formação dos trabalhadores.

Nossas pesquisas de campo mostram que a trajetória daqueles que chegaram a São Paulo em distintos períodos são marcadas pela persistência do mesmo padrão de inserção laboral que predominou no início do fluxo. Além disso, com grande frequência, a trajetória de migrantes na metrópole tem sido entremeada por longos períodos de desemprego, trabalhos eventuais e salários intermitentes no vasto universo da economia popular urbana que existe no contexto paulistano.[3]

[3] Uma leitura cruzada entre registros do Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra, s.d.) da Polícia Federal e da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) permite dimensionar a proporção entre registro de residentes haitianos no município e o estoque de trabalhadores haitianos registrados no mercado de trabalho formal. Os resultados mostram alta taxa de residentes fora do mercado formal, o que engloba tanto migrantes que deixaram o município quanto aqueles que estão ocupados na economia popular e outros tipos

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

Raça e nacionalidade nos estudos sobre o mercado de trabalho

A partir desse diagnóstico, portanto, podemos interrogar quais forças e processos moldam as condições de trabalho predominantes entre esse grupo migratório em São Paulo. De modo geral, a literatura sobre as condições de trabalho de migrantes haitianos no Brasil assume uma perspectiva marxista clássica e foca na posição desses sujeitos dentro dos mecanismos e estruturas de exploração capitalista (Pacchi, 2019; Villen, 2015a; 2015b; Mamed, 2016; Magalhães, 2017). Apoiando-se, em sua maioria, na teoria da dependência e/ou nas interpretações de David Harvey (2004, 2011, 2013), Ricardo Antunes (2013; 2018) e Pietro Basso (2013), uma parcela dos estudos migratórios brasileiros argumenta que tanto o contexto periférico do Brasil quanto o atual regime de acumulação flexível atuam como forças determinantes na situação de exploração à qual as trabalhadoras e os trabalhadores haitianos aqui estão submetidos.

Há certo consenso, ainda, de que as formas de exploração necessárias à reprodução da acumulação capitalista valem-se em particular da vulnerabilidade dos migrantes, seja em razão das barreiras linguísticas, da condição estrangeira marcada pelo isolamento no país de destino, da condição pauperizada e periférica que o coloca em necessidade urgente e inadiável de trabalhar (Villen, 2015a) ou ainda do racismo secular (Villen, 2015b) que persiste na sociedade brasileira. Em outras palavras, esses autores identificam que a condição migrante, periférica e racial de haitianos no Brasil funciona como uma ferramenta adicional de exploração do trabalho.

Letícia Mamed, por exemplo, afirma que "a condição de imigrante pobre, negro, indocumentado, sem conhecimento da língua e pouca escolaridade passou a incidir na própria divisão social do trabalho" (Mamed, 2016, p. 102). A autora atribui a experiência de trabalhadores haitianos no Brasil a uma mudança estrutural no mundo do trabalho, marcada pela reestruturação produtiva, pela acumulação flexível e pela nova agenda neoliberal que se difunde globalmente a partir da década de 1970. Priscilla Pacchi (2019), por sua vez, afirma que os dispositivos de desregulamentação do trabalho e de terceirização valem-se da mão de obra de migrantes haitianos como forma de compensar as crises do capital. Já Luís Magalhães (2017) busca identificar os vários mecanismos de superexploração que, dado o caráter dependente do capitalismo brasileiro, recaem de

---

de trabalho informal. Em conjunto, os dados também evidenciam baixa remuneração, alta rotatividade e predominância do trabalho fisicamente extenuante entre trabalhadores haitianos.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

forma particular sobre migrantes haitianos em frigoríficos no Sul do Brasil, ressaltando ainda o fato de que existe uma "alocação discriminadora" (Magalhães; Baeninger, 2016, p. 200) dos trabalhadores no interior do chão de fábrica que posiciona trabalhadores haitianos e africanos nas etapas mais insalubres do processo produtivo.

Essas análises têm o mérito de situar a causa do problema dentro das relações de produção capitalista, pondo em cena o modo como as dinâmicas históricas e geográficas do processo de acumulação estruturam as condições de trabalho dos sujeitos migrantes. Por meio de pesquisas de campo sistemáticas e levantamentos acurados dos dados sobre a alocação laboral da população migrante, esses trabalhos também trazem à tona achados empíricos fundamentais para diagnosticar e denunciar a realidade em tela.

No entanto, embora constatem a existência de discriminações raciais nos processos de recrutamento laboral (Pacchi, 2019; Mamed, 2016) e na distribuição dos trabalhadores dentro da divisão interna do trabalho fabril (Magalhães, 2017; Magalhães; Baeninger, 2016), as pesquisas se esquivam de problematizar *como* e *por que* raça e nacionalidade operam na distribuição dos sujeitos migrantes dentro das estruturas mais amplas da divisão social do trabalho. Alguns estudos, como o de Patrícia Villen (2015a) avançam no debate ao chamar a atenção para o fato de que essa nova morfologia neoliberal do trabalho se combina, no Brasil, com uma forma de racismo que nos foi legada pelo período colonial e escravista (Villen, 2015a). Ainda assim, o exame das dinâmicas específicas pelas quais o racismo opera nos meandros da divisão do trabalho no Brasil não é seu objeto de interesse.

Observa-se, além disso, que embora haja vasta literatura sobre o papel dos recrutamentos no endereçamento de migrantes a um rol restrito de ocupações e também frequentes menções à importância das redes sociais entre migrantes como meio de manutenção desses nichos de trabalho, há relativa escassez de trabalhos que se detêm a examinar *como* a racialidade permeia tais processos. Também há insuficientes esforços dedicados a responder por que mesmo após quase duas décadas de migração haitiana para o Brasil, migrantes permanecem particularmente confinados a determinadas ocupações. Algumas pesquisas chegam a apontar que as jornadas longas e extenuantes de trabalho impedem migrantes haitianos de conciliar trabalho e estudo (Diémé; Tonhati; Pereda Cordova, 2020), dificultando seu acesso a capitais simbólicos e culturais e, portanto, inviabilizando sua ascensão profissional. No entanto, permanecem lacunas sobre as várias outras vias pelas quais a racialidade trabalha na produção e reprodução da imobilidade social desse grupo migratório.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

Para Carlos Hasenbalg (2005), os estudos marxistas se recusam a encarar questões relativas à estratificação e mobilidade social porque supõem que as próprias relações de exploração capitalista são desiguais por natureza, produzindo e ao mesmo tempo dependendo de posições desiguais dentro do sistema. Ao assumir que o próprio capitalismo constitui por si só uma dinâmica de dominação e desigualdade, as ferramentas analíticas da estratificação social e suas correspondentes preocupações com a questão da mobilidade e das desigualdades de oportunidades parecem assim corroborar o acervo burguês do sucesso individual ou mesmo reforçar a visão de que a solução seria a distribuição igualitária de meios e oportunidades para competir, sem, com isso, problematizar o próprio sistema de concorrência e exploração subjacente ao mercado de trabalho.

O problema, contudo, é que, ao negligenciar como estratificação e estruturas capitalistas de dominação "correspondem a aspectos complementares da realidade" (Hasenbalg, 2005, p. 96), a maioria dos estudos sobre a inserção laboral de migrantes haitianos no Brasil não respondem por que e como esse grupo, junto com outros grupos raciais subalternizados, é relegado às posições mais expostas à precarização e aos chamados mecanismos de superexploração. Buscando acrescentar novas frentes de reflexão ao debate, argumentaremos que mobilizar determinados referenciais teórico-conceituais sobre estratificação e desigualdade de oportunidades pode gerar ganhos analíticos importantes para compreender os efeitos da racialidade na incorporação de migrantes no mercado de trabalho brasileiro.

Os referenciais teóricos utilizados em nossa análise são aqueles que entendem a estratificação social a partir de sua articulação com os processos sociais mais amplos. Esse corpo de análise se distancia, portanto, da abordagem tradicional da estratificação social, sobretudo em suas vertentes funcionalistas e liberais anglo-saxãs (Davis; Moore, 1945; Parsons, 1953; Blau; Duncan, 1967). Para essas teorias, as chances de mobilidade social são estruturadas pelas atitudes e comportamentos individuais que levam os sujeitos a piorar, estagnar ou melhorar seu status ocupacional e renda. Nesses casos, a desigualdade social tende a ser compreendida como resultado da distribuição desigual e de atributos individuais e da competição por posições sociais, sendo explicada, de modo geral, por fatores como escolaridade, qualificação, motivação e desempenho.

Indo em direção distinta, seguimos mais especificamente as sugestões de análise propostas por Harold Wolpe (1968), focando nos diferentes fatores intermediários que "injetam as relações de produção e de classes no sistema de estratificação" (Wolpe apud

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

Hasenbalg, 2005, p. 104). Também seguimos as trilhas percorridas por Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg, cujas obras exploram a conexão entre mecanismos de estratificação e estruturas de dominação capitalista com o objetivo de investigar como as desigualdades socioeconômicas entre negros e brancos se perpetuam no Brasil.

Lélia Gonzalez (2020b, p. 45-6), por exemplo, se dedicou a examinar o que ela chama de "questão da participação" da população negra na força de trabalho, evocando a necessidade de situar a análise no nível das práticas sociais. A autora não deixou de lado a análise das estruturas da exploração capitalista, mas buscou denunciar os vários ângulos pelos quais o racismo brasileiro desfavorecia trabalhadores negros em proveito de trabalhadores brancos, trazendo à tona o fato de que, além de empresários e grandes capitalistas, trabalhadores brancos proletarizados também eram beneficiários do racismo, na medida em que recebiam múltiplas vantagens competitivas e favorecimentos que facilitavam sua ascensão social. A análise das práticas sociais racializadas e dos obstáculos à mobilidade foi assim um caminho necessário para problematizar as desigualdades raciais "sem cair no economicismo" (Gonzalez, 2020a, p. 28).

Já Carlos Hasenbalg (2005) se debruça sobre o vínculo entre raça e reprodução das posições de classe dentro das relações sociais capitalistas por meio da análise dos processos de estratificação que reproduzem desigualdades raciais no Brasil. Na esteira dos estudos de estratificação que o precederam, o autor afirma que a raça opera no plano dos chamados aspectos subordinados da reprodução das classes sociais, isto é, no plano da "reprodução dos agentes sociais e sua distribuição nas posições da estrutura de classes" (Hasenbalg, 2005, p. 22), enquanto as relações de classe derivadas do modo de produção capitalista correspondem aos aspectos primários da sociedade de classes. A atenção aos diferenciais inter-raciais de mobilidade social permite ao autor um estudo detalhado sobre a suscetibilidade de pessoas negras a "desvantagens competitivas em todas as fases de transmissão de status" (Hasenbalg, 2005, p. 24), ou seja, tanto ao longo de processos intergeracionais que as mantêm sobrerrepresentadas entre as famílias de baixo status socioeconômico como em processos intrageracionais derivados de práticas persistentes de discriminação que à época lhe conferiam menos chances de mobilidade social (inclusive em comparação com pessoas brancas da mesma origem social).

Compreendemos, portanto, que para problematizar a experiência laboral de migrantes haitianos no Brasil é relevante nos ocuparmos de questões relativas às restrições que esse grupo migratório encontra no mercado de trabalho brasileiro. Inicialmente, examino aquilo que relatos e trajetórias de haitianos mostram em relação

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

ao modo como a racialidade produz desvantagens competitivas de ordem adquirível. Também mostro como práticas de discriminação podem influenciar as trajetórias de contratação, progressão e permanência de haitianos no mercado de trabalho.

Na sequência, mobilizo o conceito de racismo cultural de Frantz Fanon (2021) e a crítica de Aníbal Quijano (2024a; 2024b; 2024c) aos padrões modernos de racionalidade para problematizar a matriz colonial do próprio sistema de referências que organiza as dinâmicas de mobilidade social no mundo do trabalho moderno. Com isso, busco conduzir a análise a imaginários políticos que demandem ações imediatas de redução da desigualdade de oportunidades e ao mesmo tempo cultivem horizontes contracoloniais de transformação social.

O salário de um haitiano

Desde que chegou a São Paulo, em 2011, Jean (37 anos)[4] passou por diferentes empregos. O primeiro foi no setor da construção civil em São Paulo, como auxiliar de pedreiro, onde conheceu um brasileiro que o indicou para uma vaga de repositor em uma indústria de embalagens no município de Itapevi, na porção oeste da Região Metropolitana de São Paulo. Passado quase um ano, a monotonia do chão de fábrica e a alta carga de horas extras levaram Jean a optar por retornar à cidade de São Paulo, onde então trabalhou como cozinheiro e auxiliar geral em diferentes restaurantes e comércios. Após quatro anos, com a ajuda de amigos e de parte de suas economias, investiu na compra de mercadorias necessárias para o comércio ambulante de bebidas em eventos de rua. Mesmo antes do movimento de vendas diminuir em razão das restrições sanitárias provocadas pela pandemia de Covid-19, Jean já expressava frustração com a condição salarial que marcou sua trajetória no Brasil durante quase uma década: “Porque não importa o que você faz, é assim. O salário de um haitiano no Brasil não passa de 1.500 reais”.

Antes de embarcar no voo que o trouxe a São Paulo, Jean vivia em Porto Príncipe, onde trabalhou na indústria têxtil, no comércio de rua, como pedreiro em pequenas obras no bairro onde morava e também como intérprete para soldados brasileiros da Minustah.[5] Sua mãe era originária da área rural do país e sustentava a família comercializando os produtos agrícolas que cultivava num lote próprio. Ele relata que sua infância em Croix-des-Bouquets foi marcada por episódios de fome e outros tipos de privação material, mas

[4] Os nomes dos interlocutores foram alterados para preservar a identidade.

[5] Presente no Haiti entre 2004 e 2017, a Minustah (Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti) foi uma operação militar da Organização das Nações Unidas (ONU) liderada pelo exército brasileiro.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

que sua mãe logrou custear as mensalidades escolares dele e de seus irmãos, o que lhe permitiu concluir todo o ensino fundamental.

Após nove anos de residência no Brasil, Jean afirma que se encontrava, no momento da entrevista, em uma situação pior do que quando chegou. Ele conta que, em razão do seu trabalho para a Minustah, chegou ao Brasil já sabendo muitas palavras do português, o que, até certo ponto, favoreceu sua busca por emprego. Ao longo de sua trajetória, passou a dominar o idioma e até os códigos sociais do destino, além de ter acumulado experiência profissional nas áreas de tradução e fotografia, com cursos profissionalizantes em ambas as áreas. Também construiu relativo capital social no país, ligado a nichos mais qualificados de trabalho, dado que possuía uma rede de amigos brasileiros empregados em cargos mais bem remunerados – algo que certamente constitui uma exceção no universo de migrantes haitianos no Brasil. Comenta, por fim, que "mesmo com tudo certinho […] o haitiano não tem oportunidade no Brasil", trazendo à tona o exemplo de colegas que possuíam curso superior, especialização e até mesmo uma origem social mais favorecida no Haiti e que, assim como ele, não conseguiam ascender profissionalmente.

Assim como Jean, uma grande parcela dos homens haitianos que ingressaram em território brasileiro apresenta nível baixo de escolaridade. Segundo relatórios da Acnur (2024), cerca de 47,4% dos haitianos que residiam no Brasil até 2024 possuíam escolaridade inferior ao ensino médio completo, enquanto 49,4% tinham ensino médio completo e apenas 3,2% tinham algum nível de ensino superior (incompleto ou completo).

A trajetória laboral pretérita de Jean também é representativa daquela percorrida por outros homens haitianos que conheci em campo. Com frequência, meus entrevistados afirmaram ter nascido em localidades rurais antes de migrar para algum centro urbano do país (Porto Príncipe, Gonaïves, Ouanaminthe, entre outros). Em terra natal, afirmam ter trabalhado no cultivo e colheita de gêneros agrícolas, na manufatura de produtos alimentares, têxteis ou artesanais e/ou no comércio desses artigos em feiras urbanas e rurais das cidades onde viveram. É também recorrente que a família de origem tivesse ocupações cujo status social é considerado baixo: agricultores, artesãos e comerciantes de baixo capital.

Essa observação de campo converge com os achados etnográficos de Handerson Joseph (2015), que indica que parcela importante daqueles que vieram para o Brasil já haviam migrado internamente do campo para os centros urbanos do Haiti. Em um

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

contexto em que a fronteira entre rural e urbano é bastante difusa, é possível ainda afirmar que, além daqueles que nasceram em regiões rurais, uma grande maioria dos meus interlocutores que afirmaram ter nascido e crescido em Porto Príncipe pertencia na realidade ao chamado campesinato suburbano (Grabner, 2017), ou seja, ao grupo de produtores rurais que vivem da venda e do consumo de animais, gêneros agrícolas e alimentos manufaturados em seus terrenos, mas habitam bairros situados dentro da área metropolitana de Porto Príncipe.

Isso significa que parte das desvantagens competitivas que relegam trabalhadores haitianos aos degraus inferiores do mercado de trabalho brasileiro resulta de transmissões intergeracionais derivadas da posição historicamente subordinada ocupada pelo Haiti e por sua população negra na economia mundial capitalista. Ou seja, os mesmos motivos que levaram haitianos a emigrar, como a falta de oportunidades econômicas, profissionais e escolares, fazem da origem haitiana uma desvantagem dentro dos sistemas de concorrência laboral no destino.

A posição periférica do Haiti no mercado mundial, tal como produzida pelo conjunto de relações globais de poder (Quijano, 2024a; 2024b; 2024c) e de trocas internacionais desiguais (Marini, 2000), mantêm o país numa posição agrário-exportadora pouco rentável. Com baixos índices de industrialização, alto grau de endividamento externo e sem condições para a consolidação de um mercado de trabalho urbano formal (Trouillot, 1977; Andrade, 2019), a maior parte da população garante seus rendimentos monetários por meio da economia popular, produções agropecuárias de pequeno porte e empregos fabris marcados por uma das menores escalas salariais do mundo (Andrade, 2019). Desse modo, apenas uma pequena porção de migrantes haitianos que aportam no Brasil tem experiência acumulada em cargos considerados qualificados.

Articula-se a isso o fato de que a modernização capitalista periférica e a sucessão de governos autoritários no Haiti (Trouillot, 1977; Sprague, 2012) inviabilizaram a formação de um Estado democrático de direito e impediram a criação daquilo que Francisco de Oliveira (1998) chama de padrão de financiamento público. Isso significa que o Estado direciona apenas parcos recursos para a reprodução do capital e praticamente nenhum fundo público para a reprodução da classe trabalhadora. Dentre os efeitos desta ausência, está a inexistência de políticas sociais básicas no país no campo da saúde, da educação e em outras esferas fundamentais da reprodução social, o que, consequentemente, eleva o custo da escolarização e a torna inacessível para uma grande parcela da população.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

Hasenbalg (2005) afirma que as desigualdades competitivas baseadas em atributos adquiríveis relacionados à origem social – como nível educacional, experiência profissional, capital social etc. – também devem ser lidas como racialmente sobredeterminadas, visto que derivam da reprodução histórica das desigualdades socioeconômicas entre famílias negras e brancas. Como a posição social e econômica das famílias afeta os recursos disponíveis para a competição por oportunidades no mercado de trabalho, as desigualdades raciais contribuem para que as pessoas negras, em proporção muito maior do que as pessoas brancas, tenham origens sociais de menor status.

Levando em conta as condições sociais predominantes entre as famílias haitianas, o raciocínio nos leva a entrever ainda a combinação entre a dimensão geográfica das desigualdades globais e a composição racial da população em territórios mais empobrecidos e subordinados. A configuração espacial dessas desigualdades, por sua vez, está enraizada no processo colonial de expansão do capitalismo e nos seus esquemas de divisão internacional do trabalho, os quais criaram "as linhas principais da exploração e da dominação em escala global" (Quijano, 2024a, p. 74), fazendo com que os sujeitos mais empobrecidos e desprovidos de capitais competitivos sejam justamente aqueles que foram categorizados pelas classificações raciais derivadas da escravidão e da colonização.

A maioria dos meus interlocutores homens tinha terminado as etapas da educação formal básica e apenas sete dentre os trinta que me ofereceram esse tipo de informação[6] haviam concluído o ensino superior – em áreas como química, administração, engenharia e enfermagem. Nos casos de quem possuía ensino superior, entretanto, os retornos educacionais eram praticamente nulos, raramente levando-os a ocupar vagas correspondentes ao seu nível educacional e qualificação.

Esse achado de campo em parte ecoa dados estatísticos sobre o assunto, já que, segundo a Acnur (2025), migrantes haitianos possuíam capital escolar superior ao exigido pelas ocupações que passaram a desempenhar no Brasil. Entre aqueles que haviam concluído o ensino médio (49,4%), uma parcela significativa encontrava-se empregada em postos de trabalho que demandavam apenas o ensino fundamental. Os relatórios dessa

[6] Como adiantamos na introdução, nossa pesquisa de campo contou com múltiplas formas de interlocução com migrantes haitianos: entrevistas formais gravadas e transcritas, bem como conversas informais em situações diversas de convívio já descritas anteriormente. Os diários de campo registram que, nesse conjunto, trinta homens comentaram comigo aspectos de sua formação educacional, dos quais apenas sete relataram ter concluído o ensino superior no Haiti.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

agência internacional também constatam que, embora o rendimento médio aumente conforme o nível educacional, esse aumento é limitado: enquanto trabalhadores haitianos sem escolaridade recebiam em média US$ 436,80 mensais (aproximadamente R$ 2.402,00), aqueles com ensino superior completo recebiam US$ 472,60 (aproximadamente R$ 2.599,00). Essa diferença relativamente pequena entre os salários sugere uma baixa valorização da qualificação educacional dos haitianos no mercado de trabalho brasileiro.

Em parte, o fato de migrantes trabalharem em ocupações incompatíveis com suas credenciais educacionais advêm da dificuldade que encontram para a revalidar seus diplomas universitários no Brasil. Conforme relatado por Jocier (26 anos) e Joseph (35 anos), dois jovens haitianos que concluíram seus estudos universitários no Haiti, a exigência de apresentar diplomas autenticados, históricos escolares e outros documentos comprobatórios emitidos pelas instituições de ensino constitui um obstáculo frequentemente intransponível para seus conterrâneos. Em muitos casos, as universidades perdem os registros de seus antigos estudantes ou não respondem às solicitações de documentos, situações frequentes que podem ser atribuídas à precariedade de seus serviços administrativos. Nossos interlocutores também relataram casos de instituições que, na prática, simplesmente deixaram de funcionar. Somam-se a isso os gargalos institucionais que permeiam o sistema brasileiro de revalidação, levando a trâmites cuja demora varia de quatro meses a um ano.

No entanto, o relato de Jocier – o único jovem que conheci que conseguiu concluir a revalidação de seu diploma – levanta a hipótese de que, mesmo para a minoria que possui diploma formalmente válido no Brasil, não cessam os obstáculos a melhores oportunidades. Jocier descende de uma família de agricultores de classe média que possuía um negócio de produção e comércio de arroz, o que permitiu que ele e seus irmãos mais velhos concluíssem seus estudos universitários no Haiti. Mesmo depois de uma jornada de aproximadamente um ano e meio para cumprir todas as burocracias necessárias para a revalidação de seu diploma, ele conta que o curso de administração que realizou na Université Publique de l'Artibonite aux Gonaïves parece simplesmente não contar no Brasil, uma vez que os empregadores não confiam na qualidade dos estudos que ele concluiu em seu país de origem.

A percepção de Jocier aponta que, independentemente da possibilidade de revalidação formal dos diplomas haitianos no Brasil, a formação escolar obtida no Haiti tende a ser pouco valorizada pelo mercado de trabalho brasileiro. Por essa razão, muitos

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

haitianos buscam maneiras de realizar estudos superiores no Brasil, embora poucos consigam concluí-los, seja pelo alto custo envolvido, seja pelas longas e extenuantes jornadas de trabalho que os impedem de conciliar ambas as atividades.

O domínio do idioma é outro fator que aparece para os meus interlocutores como um capital de aquisição necessária, mas que raramente resulta em ascensão social significativa. Ao longo dos anos em que ministrei aulas de português para migrantes internacionais, pude observar que homens e mulheres expressavam, com frequência, o desejo de dominar o português brasileiro como estratégia para pleitear ocupações menos braçais, tais como garçonete, recepcionista ou atendente de comércio. O idioma também era percebido como uma habilidade útil para acessar vagas fora de suas redes sociais, como aquelas divulgadas em sites, páginas de Facebook ou equipamentos socioassistenciais. Diferentemente dos postos obtidos por indicação de conterrâneos ou recrutamento empresarial, as vagas para essas ocupações envolvem processos seletivos com entrevistas e, portanto, exigem a compreensão da língua.

Ao observar, por meio do convívio cotidiano, os esforços de mulheres haitianas para ingressar no mercado de trabalho, percebi que o desconhecimento do português restringe significativamente suas possibilidades de mobilidade, sobretudo em direção a ocupações que, embora não qualificadas, são menos braçais. Enquanto aquelas mulheres que dominam o idioma conseguem empregos como atendentes, repositoras ou cuidadoras, aquelas que não o manejam estão, em sua maioria, desempregadas ou relegadas a trabalhos ainda menos valorizados monetária e socialmente, como limpeza e comércio ambulante.

Ao mesmo tempo, acompanhando a trajetória laboral de meus alunos e alunas ao longo dos anos, constatei que a proficiência no idioma poucas vezes se converte em ascensão ocupacional expressiva. Mesmo após mais de uma década de residência no Brasil e domínio pleno da língua, eles permanecem em posições precárias no mercado de trabalho ou até mesmo em situação pior do que quando chegaram. A ênfase excessiva que os próprios sujeitos atribuem à barreira linguística não corresponde, portanto, ao peso efetivo que ela tem enquanto desvantagem no mundo do trabalho.

O conjunto de trajetórias e relatos apresentados indicam que as supostas recompensas derivadas de um maior nível de escolaridade ou de proficiência linguística estão subsumidas em uma miríade de outras desvantagens ligadas à condição migrante de origem haitiana: desqualificação sistemática do sistema de ensino haitiano, dificuldade de cumprir critérios para a revalidação de diplomas, posse de capitais sociais atrelados a

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

nichos braçais e precarizados de trabalho ou, ainda, à falta de acesso à educação e experiências profissionais consideradas qualificadas.

As pistas deixadas pela trajetória de Jean nos permitem entrever, ainda, que a essas desvantagens relativas a capitais adquiríveis fundem-se também desvantagens produzidas por efeito de discriminação. Ou seja, a essa carência de recursos competitivos atrelados à origem social coaduna-se um conjunto de estereótipos que recai sobre haitianas e haitianos em território brasileiro. A existência desses estereótipos pode ser observada nas experiências de discriminação vividas por meus interlocutores em ambientes de trabalho.

Além de Jean, outros interlocutores – todos homens de 27 a 38 anos que vivem ou viveram no Brasil mais de cinco anos – relataram certos tipos de tratamento por parte de empregadores que foram interpretados como discriminatórios. Com frequência, chegaram a trabalhar alguns meses em determinadas ocupações – serviços, restaurantes, garagens, circuitos informais de reciclagem, serralherias etc. – sem receber o valor prometido. Além da omissão de pagamento, muitos relataram desmandos arbitrários e solicitações que multiplicavam e excediam suas funções dentro da empresa. Os relatos de Allison (42 anos) e Christophe (28 anos) exemplificam esse tipo de situação:

> "*Ah, você pode limpar ali fora também, por favor?" Tava cheio de poeira, caminhão entrando e saindo. Eu dizia que não. Eu só vou limpar aqui dentro, a minha área de trabalho. E ele dizia: "Não, isso não é mais do que a sua obrigação". Mas tinha um acordo, eu trabalhava na parte de dentro. Aí eu respondi que aquilo era racismo, disse que ia filmar e denunciar* [...] *Aí ele parou.* (Allison, 36 anos)

> *No restaurante era assim, eu ia e o gerente me pagava no dia. Não era todo dia, entendeu? Aí tinha dia que não me pagava,* [dizia] *que ia me pagar no outro dia. Uma vez fui lá reclamar, dizer que eu precisava do dinheiro, e ele disse: "Ó, se não quiser, não fica, aqui no Brasil é assim, se não quiser pode voltar".* (Christophe, 28 anos)

Essas formas de tratamento indicam que a discriminação sofrida cotidianamente por migrantes haitianos em ambiente de trabalho pode ser designada como xenofobia racializada (Faustino; Oliveira, 2022), ou seja, uma forma seletiva de tratar migrantes internacionais que remete mais à antinegritude e ao anti-indigenismo brasileiro do que propriamente a um sentimento anti-imigrante genérico.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

Para problematizar como estereótipos raciais recaem sobre migrantes haitianos e organizam a mentalidade de empregadores e agentes em cargos de chefia, vale registrar os achados empíricos analisados por Maria Aparecida Bento (2002) em sua pesquisa de doutorado. Em suas entrevistas com empregadores, gestores e agentes de recursos humanos em empresas públicas e privadas, a autora captou em diversas falas a ideia de que pessoas negras teriam "uma propensão à submissão, à questão de gostar e se adaptar a trabalhos menos nobres, e ter uma expectativa menor com relação ao trabalho" (Bento, 2002, p. 131). Nas entrevistas com agentes de mercado também apareceram menções frequentes ao caráter *humilde* das pessoas negras, atribuindo a elas "um perfil de sujeito que obedece" e aos brancos "um perfil de quem manda" (Bento, 2002, p. 130). Desse ponto de vista, a normalização de atrasos e omissões de pagamento e a sobrecarga de solicitações dirigidas a migrantes haitianos parecem estar diretamente ligadas à crença que atribui às pessoas negras aptidão para o trabalho subordinado (e, aos homens em especial, para o trabalho subordinado braçal), materializando assim uma forma de pensamento generalizada na formação social brasileira de origem colonial e escravista.

Com frequência, meus interlocutores afirmam que o nível de experiência que acumularam dentro de uma empresa não corresponde ao nível exigido para a função que ocupam, fato que atribuem ao tratamento discriminatório dispensado a haitianos. Por exemplo, Laurent (38 anos) trabalhou mais de sete anos como auxiliar de produção numa fábrica de móveis de fórmica e tinha expectativa de se transferir para funções com salário mais alto, alegando que já havia adquirido as habilidades necessárias para tais funções. Ele julgava que sua experiência na empresa era marcada por *imilyasyon* ("humilhação", em crioulo haitiano) e que colegas com menos tempo de casa que ele conseguiam progredir para ocupações mais bem pagas. A forma como Laurent elabora sua experiência levanta hipóteses pertinentes sobre o peso da discriminação no confinamento dos migrantes haitianos a ocupações situadas na base da hierarquia laboral dentro das empresas onde trabalham.

Não é raro, como se pode observar pelos relatos de Laurent, Allison, Christophe e Jean, que tanto as discriminações vividas em ambiente de trabalho quanto a imobilidade ocupacional experimentada ao longo dos anos alimentam um sentimento de frustração. No caso de Jean e Allison, a frustração ainda comprometeu o tempo de permanência no emprego, uma vez que os levou à se demitir e buscar alternativas de trabalho na economia popular. Enquanto Jean se tornou vendedor no comércio ambulante, Allison abriu um pequeno empreendimento de delivery de marmitas e investiu na obtenção da Carteira

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

Nacional de Habilitação (CNH) com o objetivo de ingressar como motorista em plataformas digitais de transporte individual.

Tais trajetórias e narrativas mostram, portanto, que a xenofobia racializada (Fautino; Oliveira, 2022) opera no nível intermediário das práticas sociais, relegando os trabalhadores haitianos a condições de trabalho ora extenuantes e de baixa remuneração no mercado formal, ora marcadas por remunerações instáveis na economia popular.

Combinadas às demais formas pelas quais a racialidade produz historicamente desvantagens competitivas para migrantes haitianos no Brasil, as discriminações baseadas em estereótipos raciais e de nacionalidade tornam-se um critério significativo de estratificação social. Ao explicar por que sua trajetória foi marcada por baixos salários, Jean chama a atenção para uma representação do Haiti que circula na mentalidade dos empregadores brasileiros e, de forma mais ampla, na sociedade brasileira: um país feito de miséria e violência, do qual as pessoas fogem em estado de desespero. Essa representação se estende, consequentemente, aos próprios haitianos, a um só tempo pressupondo e fomentando a crença de que esses trabalhadores aceitam condições precárias de trabalho sem opor resistência, pois são guiados pelo único objetivo de sobreviver.

Os enunciados de Jean endossam, ainda, protestos verbalizados por muitos outros interlocutores que, durante entrevistas e várias outras situações de convívio, mostram ter plena consciência da existência desses estereótipos e também das várias táticas por meio das quais procuram desmenti-los.[7]

O que está em causa aqui, portanto, concerne àquilo que Sueli Carneiro (2023) chama de profecia autorrealizadora do racismo. Para ela, "é imprescindível que esse Outro dominado, vencido, expresse, em sua condição concreta, aquilo que o ideário racista lhe atribui" (Carneiro, 2023, p. 114-5). Essa dimensão profética e autorrealizadora do racismo compreende o fato de que a pobreza e outras condições materiais criadas sob o efeito das hierarquias raciais fazem coincidir estereótipos e realidade social, de modo a naturalizar as desigualdades e práticas de opressão. Isso significa que, além de veicular

[7] Grande parte das práticas diaspóricas cultivadas entre migrantes haitianos orienta-se para a autoafirmação de um senso de orgulho em relação à história do povo haitiano, o que acaba por desafiar as concepções correntes da sociedade de destino sobre o Haiti e, consequentemente, sobre haitianas e haitianos. Além de participar desse universo cultural da diáspora, nossos interlocutores procuram ainda outras múltiplas oportunidades para apresentar suas próprias versões da história de seu país de origem. O fato histórico da Revolução Haitiana, nesses contextos, é frequentemente evocado como significativo do caráter de um povo que não se curva a situações de injustiça e subjugação.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

imaginários segundo os quais os haitianos seriam pessoas desesperadas, dispostas a aceitar qualquer emprego e qualquer salário sem protestos, o racismo, por meio do ciclo de empobrecimento e violência que engendra tanto no Haiti quanto em contexto migratório, sujeita os haitianos a ciclos de desvantagens cumulativas (Hasenbalg, 2005) a partir das quais eles acabam efetivamente obrigados a aceitar as restritas oportunidades de trabalho disponíveis.

Racialidade e o mundo do trabalho moderno

Se anteriormente nossa análise focou nas desigualdades históricas e práticas discriminatórias que medeiam a inserção de migrantes haitianos nas estruturas estratificadas do mercado de trabalho, nesta seção final argumentaremos que os efeitos da racialidade estão presentes não apenas na distribuição de vantagens ou desvantagens competitivas entre trabalhadores, mas na própria constituição do sistema de legitimação que vigora no mundo do trabalho capitalista. Nosso objetivo, portanto, é interpelar os fundamentos históricos e sociais que criam hierarquias entre tipos de trabalho, produzindo, por exemplo, as categorias de trabalho qualificado e não qualificado e os diferenciais simbólicos e financeiros entre elas.

Esse novo passo analítico cria condições para que a análise das desigualdades evite diagnósticos que acabam por reiterar acriticamente os padrões modernos de racionalidade e de existência social que vigoram na sociedade moderna. Se a crítica às desvantagens historicamente acumuladas e às práticas discriminatórias fundamenta reivindicações por medidas imediatas que reduzam a presença desproporcional de migrantes negros nos segmentos mais precarizados do mercado de trabalho, a crítica à racialidade inerente ao mercado de trabalho evita que tais soluções sejam formuladas a partir da valorização dos padrões culturais, epistemológicos e subjetivos associados aos ideais modernos do trabalhador competitivo. Chama-se, assim, a atenção para o caráter historicamente colonial desses padrões e alarga os horizontes de transformação necessários para que as atuais hierarquias laborais sejam desmanteladas.

Para iniciar nosso argumento, é preciso deixar claro que compreendemos a modernidade como forma de vida social derivada do modo capitalista de produção. Nesse modo de existência social, o trabalho detém o caráter específico de produzir valor (de troca), isto é, produzir um *quantum* mensurável de trabalho e transformá-lo em equivalente abstrato de riqueza (Postone, 2014). Essa finalidade torna-se uma força externa e independente dos sujeitos, determinando não somente o fato de que os

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

trabalhadores o fazem para outrem, mas principalmente que o fazem sob práticas e relações sociais específicas. Desse ponto de vista, o capitalismo se caracteriza tanto por mobilizar relações de exploração (apropriação privada do produto do trabalho alheio), quanto por desenvolver formas materiais particulares de produção de riqueza. Como afirma Moishe Postone (2014, p. 18), a modernidade "não é um estágio evolutivo para o qual evoluem todas as sociedades, mas uma forma específica de vida social originada na Europa Ocidental e que se desenvolveu em um complexo sistema global".

Dado que a colonização foi o processo fundamental que viabilizou a expansão territorial do modo de vida moderno em escala global, a submissão de novos espaços aos mesmos princípios econômicos da produção de valor foi acompanhada pelo que Frantz Fanon (2021) descreve como a desqualificação dos valores culturais e a agonia das modalidades de existência e sistemas de referências dos povos colonizados. Assim, além de indutores da racialidade enquanto produção de diferenças e hierarquias entre seres humanos baseadas em traços físicos, os processos coloniais se reproduzem por meio do que ele designa pelo conceito de "racismo cultural", isto é, uma forma de racismo que tem por objeto não um indivíduo ou um povo específico, mas "uma certa forma de existir" (Fanon, 2021, p. 71).

Segundo Deivison Faustino (2022), as formulações de Fanon sobre o nexo colonial entre subordinação econômica e repressão cultural influenciaram Quijano a também criticar o que ele chamou de "complexo cultural produzido pelo poder capitalista colonial eurocentrado" (Quijano, 2024a, p. 77). Para este autor, o processo de produção da modernidade que nasceu do contexto concreto de expansão capitalista também correspondeu à vitória de um tipo particular de racionalidade profundamente vinculada à finalidade produtivista da acumulação capitalista. Emprestando de Max Horkheimer (2002) sua elaboração sobre a racionalidade instrumental, Quijano afirma que o desenvolvimento do capitalismo deu vitória a esse padrão de racionalidade, no qual a finalidade última é a acumulação capitalista e a razão se torna capacidade de calcular e selecionar os meios mais eficazes para atingi-la. Além de blindar a finalidade do capital de uma crítica substantiva, esta forma de razão vitoriosa desqualifica outros "modos de conhecer, de produzir conhecimento, de produzir perspectivas, sistemas de imagens, símbolos, modos de significação sobre os recursos, padrões e instrumentos de expressão formalizada e objetivada, seja intelectual ou visual" (Quijano, 2024a, p. 74; tradução nossa).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

Por efeito de sua própria genealogia histórica, o moderno sistema de trabalho capitalista já estaria, portanto, conjugado com o racismo cultural (Fanon, 2021), na medida em que prescindiu dos múltiplos esforços de desagregação daquelas formas de existência que eram disfuncionais às finalidades econômicas da produção de valor. Mas, para ambos os autores, o processo de imposição cultural que acompanha a dominação territorial europeia não se resume à cena fundacional da subjugação colonial direta. Para eles, os esquemas de dominação colonial se reatualizam continuamente, seja pela exploração econômica, seja pelos processos psicossociais e culturais (Fanon, 2021), seja pela colonização do imaginário (Quijano 2024a, p. 74).

Desse ponto de vista, um dos domínios pelos quais a colonização persiste é aquele das subjetividades, epistemologias e padrões culturais. Para Quijano (2024), essa nova modalidade de colonização que caracteriza um dos aspectos centrais da chamada colonialidade do poder ancora-se no fato de que os padrões culturais europeus estão cada vez mais disponíveis para os povos colonizados, tornando-se desejáveis na medida em que podem dar acesso ao poder e a formas de participação social.

Perseguindo e ao mesmo tempo extrapolando tal formulação, argumento que essa busca pela adesão aos padrões coloniais de racionalidade ocorre também sob as medições da ordem concorrencial do mundo do trabalho moderno. Desse ponto de vista, se alguns atributos, conhecimentos, habilidades e comportamentos contam como capital competitivo dentro do chamado mercado de trabalho qualificado – enquanto outros aparecem simplesmente como nulos – é porque os critérios concorrenciais que regulam o mundo do trabalho moderno invalidam e inferiorizam continuamente determinadas modalidades de existência, valores e sistemas de referência (Fanon, 2021, p. 71). Nesse sentido, a aquisição de capitais competitivos visando à mobilidade social exige necessariamente uma adesão às formas de racionalidade voltadas para produtividade e acumulação capitalista.

O valor simbólico e monetário das atividades e, portanto, os atributos que definem um trabalho como qualificado ou não têm relação com seu contributo tanto para a reprodução e legitimação das estruturas de dominação econômica e política (Gorz, 1974 apud Hasenbalg, 2005, p. 106) como para a dinâmica de progresso tecnológico, científico e organizacional que garantem maior produtividade às cadeias de produção de mercadorias e circulação de capitais (Heidemann; Toledo; Boechat, 2014). Conforme a diversificação de mercadorias aumenta – e, com ela, as necessidades de mediação social –, surgem miríades de ocupações nas quais os diferenciais de valoração econômica e

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

simbólica se tornam mais difusos, mas ainda assim ligados ao seu contributo para o progresso técnico e organizacional capitalista (Heidemann; Toledo; Boechat, 2014). O fato de que algumas habilidades, conhecimentos e valores não contem como capitais simbólicos e sociais na competição por postos ditos qualificados deriva, portanto, da dinâmica direcional específica pela qual a modernidade capitalista se reproduz.

Isso se expressa, por exemplo, no fato de que habilidades, conhecimentos e referências centrais no universo social haitiano (Joseph, 2015; 2017) são sistematicamente desqualificados no mercado de trabalho brasileiro. Dentre as pessoas entrevistadas, muitas relataram frustração por não poderem comprovar competências que diziam ter acumulado ao longo de suas trajetórias pretéritas no Haiti. Não tinham como incluir em seus currículos, por exemplo, o tempo dedicado à agropecuária em propriedades da família ou ao cuidado das crianças da comunidade. Tampouco eram reconhecidos por sua atuação em organizações locais de saúde ou no comércio de rua. Outras dezenas de conhecimentos e habilidades adquiridas em localidades rurais no Haiti – onde notadamente sobrevivem elementos culturais, técnicos e identitários de matriz africana (Casimir, 2020; Hurbon, 1988) – são tidos como inválidos ou disfuncionais para uma grande maioria de postos de trabalho urbanos mais bem remunerados.

A produção e a distribuição de estereótipos raciais também compreendem uma dimensão de racialidade atrelada a padrões culturais e de racionalidade que organiza o mundo do trabalho sob o signo da acumulação capitalista. Enquanto o homem branco é construído como aquele que encarna o sujeito trabalhador que persegue os princípios da racionalidade produtiva, empreendedora e competitiva, os não brancos são situados no lugar diametralmente oposto. Ou seja, a branquitude ou, mais especificamente, o homem branco aparece como o único a conter as ideias, a sagacidade e os comportamentos morais próprios à universalidade moderna (Ferreira da Silva, 2022; Scholz, 2026). Já, os outros dos europeus, então categorizados pelo processo colonial de acordo com a linguagem da raça, aparecem como seres moralmente deficientes ou ameaçadores para os desígnios do desenvolvimento produtivo e da acumulação capitalista. Como nossa análise sugere, o efeito persistente desses estereótipos nas práticas de discriminação recai sobre migrantes haitianos mesmo quando estes acumulam habilidades, conhecimentos e padrões de racionalidade competitivos para funções de maior status, funcionando como obstáculo à mobilidade social.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

Considerações finais

No processo que inseriu o Brasil na rota da migração haitiana, São Paulo tornou-se uma das principais cidades de destino desse grupo migratório. Como a literatura sobre o assunto tem afirmado, o contexto periférico brasileiro e a atual morfologia neoliberal do trabalho ajudam a explicar as médias salariais e os vários expedientes de precarização que marcam as condições laborais aqui vividas. Contudo, explicações macroestruturais sobre os atuais mecanismos de exploração não são suficientes para problematizar por que migrantes haitianos estão alocados em posições nas quais os efeitos da precarização são mais acentuados. Portanto, com este artigo buscamos contribuir para os debates correntes nos estudos migratórios brasileiros, oferecendo uma análise sobre a atuação da racialidade por meio dos mecanismos de concorrência a fim de endereçar trabalhadores haitianos aos estratos inferiores do mercado de trabalho.

Ao partir do caso de homens haitianos no mercado de trabalho paulistano, observamos que a racialidade atua na inserção laboral de migrantes haitianos por meio de mecanismos complementares. Por um lado, ela se manifesta na produção histórica de desvantagens competitivas ligadas a origem social, escolaridade, experiência profissional e capital social dos trabalhadores. Tais desvantagens são desproporcionalmente endereçadas à população negra em escala global, dado que decorrem da divisão internacional do trabalho e das hierarquias raciais herdadas do período colonial. Nesse âmbito, a racialidade atua por meio de seus efeitos históricos e geográficos ou, mais precisamente, pelo modo como guiou a territorialização colonial no país, deixando como legado a pauperização sistêmica da população e o desmonte de infraestruturas sociais capazes de distribuir capitais de validade competitiva no sistema de trabalho urbano-industrial.

Nossos dados de campo mostram ainda que, mesmo quando migrantes haitianos acumulam escolaridade, experiência profissional e domínio da língua portuguesa, tais recursos tendem a produzir retornos profissionais e financeiros limitados. Os relatos de nossos interlocutores levantam a hipótese de que isso ocorre em razão das dificuldades de revalidação de diplomas, da desvalorização sistemática de credenciais educacionais obtidas no Haiti e/ou do eclipsamento de tais aquisições por práticas discriminatórias agenciadas pelos contratantes. Nesse âmbito, a análise sugere que a xenofobia racializada (Faustino; Oliveira, 2022) orienta práticas discriminatórias nos processos de contratação, progressão e permanência no emprego, contribuindo para o confinamento de trabalhadores haitianos em ocupações mais precárias, extenuantes e mal remuneradas.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

A análise desenvolvida aqui sugere que a racialidade não se limita a produzir desvantagens competitivas ou mediar práticas discriminatórias no interior do mercado de trabalho, mas participa da própria constituição dos critérios que organizam suas hierarquias. A partir das contribuições de Fanon e Quijano, argumentamos que os processos coloniais legaram não apenas classificações raciais entre grupos humanos, mas também padrões culturais e epistemológicos que seguem definindo quais conhecimentos, experiências e formas de vida são reconhecidos como socialmente válidos e economicamente valorizados. Nesse contexto, muitas das competências e referências acumuladas por migrantes haitianos ao longo de suas trajetórias são desqualificadas, não por ausência de validade intrínseca, mas porque não correspondem às exigências de uma racionalidade orientada pela produtividade e pela acumulação capitalista. Além disso, a persistência de estereótipos raciais associa determinados grupos à incompetência, à irracionalidade ou à inadequação para ocupações de maior prestígio, reforçando mecanismos de exclusão mesmo quando esses trabalhadores possuem qualificações validadas pelo mercado.

Assim, concluímos que compreender a inserção laboral de migrantes haitianos exige não apenas analisar a distribuição desigual de recursos e oportunidades, mas também interrogar criticamente os fundamentos coloniais e raciais que estruturam os próprios critérios de valoração do trabalho na sociedade contemporânea. Num momento em que migrantes negros originários de países periféricos – muitos deles provenientes de comunidades rurais afrocentradas – e também migrantes indígenas chegam aos centros urbanos brasileiros, a interpretação das desigualdades que condicionam a integração dessas populações à sociedade brasileira tem a oportunidade de não reproduzir os pressupostos coloniais que organizam seu objeto de crítica, a saber, os mecanismos reprodutores das desigualdades raciais.

Com essa tarefa em vista, buscamos problematizar as desigualdades raciais engendradas pelos processos de alocação laboral mobilizando, simultaneamente, as teorias da estratificação social e o pensamento contracolonial. Enquanto a perspectiva da estratificação nos permite identificar as múltiplas vias pelas quais a racialidade opera nos mecanismos de concorrência que relegam haitianos à base ocupacional do mercado de trabalho paulistano, o pensamento contracolonial de Fanon e Quijano nos mantém atentos aos horizontes políticos e normativos que orientam a análise. Nesses termos, intervimos para conduzir a análise a imaginários políticos que combinem demandas imediatas contra a participação desproporcional de populações migrantes negras nos degraus inferiores do

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

mercado de trabalho e a horizontes políticos de mais largo alcance, ou seja, a perspectivas contracoloniais de transformação social que desnaturalizem as relações de produção que desqualificam e inferiorizam racionalidades não capitalistas.

THAUANY FREIRE [ORCID: 0000-0002-2437-5822] é doutora em geografia humana pela Universidade de São Paulo. Foi visiting scholar no Center for Place, Culture and Politics (CUNY) e no Latin American and Latino Studies (LALS/UIC).

Editores responsáveis: Renata Francisco, Fernando Bee.
Recebido para publicação em 14 de novembro de 2025.
Aprovado para publicação em 9 de setembro de 2026.

Referências

Acnur – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. *Haitians Access to the Formal Labor Market in Brazil*. Relatório. Brasília: Acnur Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/sites/br/files/2025-02/202403-haitians-access-formal-labour-market-brazil.pdf>. Acesso em: 12/4/2025.

Andrade, Everaldo de O. *Haiti: dois séculos de história*. São Paulo: Alameda, 2019.

Antunes, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. In: Antunes, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 13-28.

Antunes, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2018.

Audebert, Cédric. *La diaspora haïtienne : territoires migratoires et réseaux internationaux*. Paris: Presses Universitaires de Rennes, 2012.

Baeninger, Rosana; Peres, Roberta. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v. 34, n. 1, 2017, p. 119-43. DOI: 10.20947/S0102-3098a0017

Basso, Pietro. Imigração na Europa. In: Antunes, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 29-53.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

Bento, Maria A. S. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. DOI: 10.11606/T.47.2019.tde-18062019-181514

Berg, Louis-Alexandre. Crime, Politics and Violence in Post-Earthquake Haiti. *Peace Brief* 58, 28 set. 2010, p. 1-4. Washington: United States Institute of Peace. Disponível em: <https://gisf.ngo/wp-content/uploads/2020/02/0029-Berg-2010-crime-and-violence-in-Haiti4.pdf>. Acesso em: 30/10/2026.

Bispo, Fábio; Alves, Schirlei. Racismo e xenofobia na indústria da carne. *O Joio & O Trigo*, 5 ago. 2021. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2021/08/racismo-e-xenofobia-na-industria-da-carne/>. Acesso em: 30/10/2026.

Blau, Peter M.; Duncan, Otis D. *The American Occupational Structure*. Nova York: Wiley, 1967.

Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS): ano-base 2012*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2012. Base de dados. Disponível em: <https://acesso.trabalho.gov.br/portal-pdet/o-pdet/registros-administrativos/rais/divulgacao.htm>. Acesso em: 30/10/2026.

Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação Anual de Informações Sociais (Rais): ano-base 2014*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2014. Base de dados. Disponível em: <https://acesso.trabalho.gov.br/portal-pdet/o-pdet/registros-administrativos/rais/divulgacao.htm> Acesso em: 30/10/2026.

Casimir, Jean. *The Haitians: A Decolonial History*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2020.

Carneiro, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

Carrijo, Manuella. Microexclusão e estudantes imigrantes. *Educação Matemática Pesquisa*, v. 25, n. 4, 2023, p. 261-83. DOI: 10.23925/1983-3156.2023v25i4p261-283

Cavalcanti, Leonardo; Oliveira, Tadeu de; Macedo, Marília (org.). *Imigração e refúgio no Brasil: Relatório Anual 2020*. Série Migrações. Brasília: OBMigra, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/migracoes/portal-de-imigracao-laboral/obmigra-1/relatorios-obmigra/relatorios-anuais/2020/relatorio_anual_2020.pdf>. Acesso em: 13/2/2025.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

Cavalcanti, Leonardo; Oliveira, Tadeu de; Silva, Bianca Guimarães (org.). *Relatório Anual 2021: 2011-2020, uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil*. Série Migrações. Brasília: OBMigra, 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/uploads/2026/08/relatoriomigratorio-2011-2020-obmigra.pdf>. Acesso em: 13/1/2025.

Cotinguiba, Geraldo C.; Cotinguiba, Marília L. Fronteiras e aspectos do rito de mudança de categoria jurídico-política dos sujeitos haitianos em mobilidade transnacional no Brasil. In: Baeninger, Rosana et al. (org.). *Imigração haitiana no Brasil*. Jundiaí: Paco, 2016, p. 154-75.

Davis, Kingsley; Moore, Wilbert E. Some Principles of Stratification. *American Sociological Review*, v. 10, n. 2, 1945, p. 242-9.

Diémé, Kassoum; Tonhati, Tania M. P.; Pereda Cordova, Lorena del P. A migração haitiana e a construção de seus "Nortes": Brasil um "Norte" alternativo e temporário. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 8, n. 19, 2020. DOI: 10.20336/rbs.619

Fanon, Frantz. Racismo e cultura. In: *Por uma revolução africana: textos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 69-86.

Faustino, Deivison M. *Frantz Fanon e as encruzilhadas: teoria, política e subjetividade*. São Paulo: Ubu, 2022.

Faustino, Deivison. M.; Oliveira, Leila M. Xeno-racismo ou xenofobia racializada? Problematizando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 29, n. 63, 2022, p. 193-210. DOI: 10.1590/1980-85852503880006312

Fernandes, Duval; Faria, Andressa V. de. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 34, n. 1, 2017, p. 145-61. DOI: 10.20947/S0102-3098a0012

Ferreira da Silva, Denise. *Homo modernus: para uma ideia global de raça*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

Ferreira, Karina Q. *Imigração e lutas migrantes: redes e encruzilhadas da mobilização por direitos e contra a xenofobia racializada no Brasil em crise*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2024.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

Freire, Thauany. A diáspora haitiana em São Paulo: trajetórias de trânsito, espera e permanência entre raça e crise do trabalho. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2026.

Gonzalez, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: *Por um feminismo afrolatinoamericano*. São Paulo: Zahar, 2020a, p. 25-44.

Gonzalez, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. In: *Por um feminismo afrolatinoamericano*. São Paulo: Zahar, 2020b, p. 45-8.

Grabner, Rachel M. *The Lives of Suburban Peasants: Agricultural Change and Mobility in Haiti*. Tese (doutorado) – Department of Anthropology, College of Arts and Sciences, University of South Florida, Tampa, 2017.

Harvey, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

Harvey, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

Harvey, David. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

Hasenbalg, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.* Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed. UFMG/Iuperj, 2005.

Heidemann, Heinz D.; Toledo, Carlos de A.; Boechat, Cássio A. O trabalho no Brasil: traçado interpretativo de sua história de formação e de sua crítica. *Estudos Avançados*, v. 28, n. 81, 2014. DOI: 10.1590/S0103-40142014000200005

Horkheimer, Max. *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro, 2002.

Hurbon, Laënnec. *Dieu dans le voudou haïtien*. Paris: Payot, 1988.

Jarochinski-Silva, João C.; Baeninger, Rosana. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 29, n. 63, 2021, p. 123-39. DOI: 10.1590/1980-85852503880006308

Jesus, Alex D. de. *Redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul*. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

Joseph, Handerson. Diáspora: sentidos sociais e mobilidades haitianas. *Horizontes Antropológicos*, v. 21, n. 43, 2015, p. 51-78. DOI: 10.1590/S0104-71832015000100003

Joseph, Handerson. A historicidade da (e)migração internacional haitiana: o Brasil como novo espaço migratório. *Périplos*, v. 1, n. 1, 2017, p. 7-26.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

Joseph, Handerson. Diáspora. In: Neiburg, Federico (org.). *Conversas etnográficas haitianas*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens/Nucitec, 2019, p. 229-59.

Kahn, Jeffrey S. *Islands of Sovereignty: Haitian Migration and the Borders of Empire*. Chicago: University of Chicago Press, 2018.

Ledix, Wendy. *Necropolítica e saúde: a luta pela vida de imigrantes haitianos no Brasil*. Tese (doutorado) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2026.

Magalhães, Luís F. A. *A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

Magalhães, Luís F. A.; Baeninger, Rosana. Imigração haitiana no Brasil e remessas para o Haiti. In: Baeninger, Rosana et al. (org.). *Imigração haitiana no Brasil*. Jundiaí: Paco, 2016, p. 229-52.

Mamed, Letícia H. Haitianos no Brasil: da entrada indocumentada pela Amazônia à inserção precarizada no mercado laboral. *Argumentum*, v. 8, n. 3, 2016, p. 78-90. DOI: 10.18315/argumentum.v8i3.14506

Mamed, Letícia. H.; Lima, Eurenice O. de. Trabalho, precarização e migração: recrutamento de haitianos na Amazônia acreana pela agroindústria brasileira. *Novos Cadernos Naea*, v. 18, n. 1, 2015, p. 33-64. DOI: 10.5801/ncn.v18i1.2079

Mamed, Letícia H.; Lima, Eurenice O. Movimento de trabalhadores haitianos para o Brasil nos últimos cinco anos. In: Baeninger, Rosana et al. (org.). *Imigração haitiana no Brasil*. Jundiaí: Paco, 2016, p. 113-71.

Maríñez, Sophie. *Spirals in the Caribbean: Representing Violence and Connection in Haiti and the Dominican Republic*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2024.

Marini, Ruy M. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Massey, Douglas S. et al. *Los ausentes: el proceso social de la migración internacional en el occidente de México*. Ciudad de México: Patria, 1991.

Oliveira, Ana F. Trabalhadores haitianos em São Paulo são cobiçados por empresários do país. *Geledés*, 10 mai. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/trabalhadores-haitianos-em-sao-paulo-sao-cobicados-por-empresarios-pais/>. Acesso em: 18/11/2026.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

Oliveira, Francisco de. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.

Oliveira, Leila M.; Casali, Alípio. Xenofobia racializada: desigualdade na acolhida a estudantes imigrantes como desafio à educação em direitos humanos. *Pro-Posições*, v. 35, e2024c1003BR, 2024. DOI: 10.1590/1980-6248-2023-0028BR

Pacchi, Priscilla. *A precarização na base da mundialização contemporânea: a imigração haitiana na metrópole de São Paulo*. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Parise, Paolo. A Missão Paz e a acolhida a migrantes haitianos e haitianas em São Paulo. In: Baeninger, Rosana et al. (org.). *Imigração haitiana no Brasil*. Jundiaí: Paco, 2016, p. 409-26.

Parsons, Talcott. A Revised Analytical Approach to the Theory of Social Stratification. In: Bendix, Reinhard; Lipset, Seymour Martin (org.). *Class, Status, and Power: A Reader in Social Stratification*. Glencoe, Illinois: Free Press, 1953, p. 92-129.

Postone, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social*. São Paulo: Boitempo, 2014.

Quijano, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World-Systems Research*, v. 6, n. 2, 2000, p. 342-86. DOI: 10.5195/jwsr.2000.228

Quijano, Aníbal. Coloniality and modernity/rationality. In: Mignolo, Walter D.; Segato, Rita; Walsh, Catherine E. (org.). *Aníbal Quijano: Foundational Essays on the Coloniality of Power*. Durham: Duke University Press, 2024a, p. 73-85.

Quijano, Aníbal. Paradoxes of Modernity in Latin America. In: Mignolo, Walter D.; Segato, Rita; Walsh, Catherine E. (org.). *Aníbal Quijano: Foundational Essays on the Coloniality of Power*. Durham: Duke University Press, 2024b, p. 32-63.

Quijano, Aníbal. Questioning "Race". In: Mignolo, Walter D.; Segato, Rita; Walsh, Catherine E. (org.). *Aníbal Quijano: Foundational Essays on the Coloniality of Power*. Durham: Duke University Press, 2024c, p. 85-94.

"Moendo Gente" mostra as condições de trabalho nos frigoríficos do Brasil. *Repórter Brasil*, 10 set. 2012. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2012/09/quot-moendo-gente-quot-mostra-as-condicoes-de-trabalho-nos-frigorificos-do-brasil/>. Acesso em: 15/11/2025.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

Rocha, Anna S. P. S. da et al. Acesso de migrantes haitianos à saúde pública: uma questão bioética. *Revista Bioética*, v. 28, n. 2, 2020, p. 384-9. DOI: 10.1590/1983-80422020282400

Santini, Daniel. Sistema Nacional de Empregos não funciona e refugiados ficam sujeitos a aliciadores. *Instituto Humanitas Unisinos* [on-line], São Leopoldo, 18 dez. 2014. Disponível em: https://ihu.unisinos.br/538631-sistema-nacional-de-empregos-nao-funciona-e-refugiados-ficam-sujeitosa-aliciadores. Acesso em: 15/11/2025.

Scholz, Roswitha. *O sexo do capitalismo: teorias feministas e a metamorfose pós-moderna do patriarcado*. São Paulo: Elefante, 2026.

Seguy, Franck. *A catástrofe de janeiro de 2010, a "Internacional Comunitária" e a recolonização do Haiti*. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

Shah, Silky. *Unbuild Walls: Why Immigrant Justice Needs Abolition*. Chicago: Haymarket Books, 2024.

SisMigra – Sistema de Registro Nacional Migratório. Base de dados, Data Migra. Brasília: OBMigra, s.d. Disponível em: <https://datamigra.mj.gov.br>. Acesso em: 23/10/2026.

Small, Mario L. "How Many Cases Do I Need?": On Science and the Logic of Case Selection in Field-Based Research. *Ethnography*, v. 10, n. 1, 2009, p. 5-38.

Sprague, Jeb. *Paramilitarism and the Assault on Democracy in Haiti*. Nova York: NYU Press/Monthly Review Press, 2012.

Trouillot, Michel-Rolph. *Ti difé boulé sou istoua Ayiti*. Nova York: Koléksion Lakansièl, 1977.

Villen, Patrícia. O estigma da ameaça ao emprego pelos periféricos na periferia: crise e imigração no Brasil. *Revista Rua*, v. 21, n. 2, 2015a, p. 247-64. DOI: 10.20396/rua.v21i2.8642466

Villen, Patricia. *Imigração na modernização dependente: "braços civilizatórios" e atual configuração polarizada*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015b. DOI: 10.47749/T/UNICAMP.2015.950564

Waldinger, Roger. The Making of an Immigrant Niche. *The International Migration Review*, v. 28, n. 1, 1994, p. 3-30. DOI: 10.2307/2547023

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030004

Wolpe, Harold. Structure de classe et inégalité sociale : principes théoriques de l'analyse de la stratification sociale. *L'Homme et la Société*, n. 8, 1968, p. 183-99.

Wrobleski, Stefano. Imigrantes haitianos são escravizados no Brasil. *Repórter Brasil*, 23 jan. 2014. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2014/01/imigrantes-haitianos-sao-escravizados-no-brasil/>. Acesso em: 25/10/2025.

DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os cadernos de campo e as entrevistas estão em arquivos pessoais da pesquisadora. Eles não podem ser disponibilizados publicamente para a proteção da identidade dos participantes da pesquisa.

USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Utilizamos Zotero para organização de referências e ChatGPT para adequação das referências bibliográficas em formato ABNT.

FINANCIAMENTO

A pesquisa recebeu financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp (processos n. 20/06119-3 e 23/05169-5).

CONFLITO DE INTERESSE

A autora declara não possuir conflitos de interesse.

DIRETRIZES ÉTICAS (COMITÊ DE ÉTICA)

A pesquisa seguiu todas as diretrizes éticas do Comitê de Ética da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Usp.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença Creative Commons CC-BY.
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.